

12 de dezembro de 2011

Conta Satélite da Saúde  
2000-2009

Em 2008 e 2009, o ritmo de crescimento da despesa corrente em saúde abrandou, mantendo-se, no entanto, superior ao do crescimento do PIB

Em 2009, a despesa total e corrente em saúde atingiram respetivamente 18 224,2 e 17 256,2 milhões de euros. A despesa corrente desacelerou, aumentando, em termos nominais, 3,9%, menos 0,9 pontos percentuais que o registado em 2008. Ainda assim, num contexto mais geral de contração da atividade económica, o seu peso em percentagem do PIB aumentou ligeiramente de 9,7%, em 2008, para 10,2% do PIB, em 2009.

O Instituto Nacional de Estatística divulga os resultados definitivos da Conta Satélite da Saúde para os anos 2008 e 2009, incorporando a mais recente informação das Contas Nacionais Portuguesas. No Portal do INE, na secção das Contas Satélite, na área do domínio dedicada às Contas Nacionais, é possível aceder a quadros adicionais com informação detalhada.

**1. Evolução dos principais agregados da despesa em saúde**

Em 2008 e 2009, a despesa total em saúde continuou a crescer, atingindo, no último ano, os 18 224,2 milhões de euros, correspondendo a 10,8% do Produto Interno Bruto (PIB) e a uma despesa *per capita* de 1 714,01 euros. Os resultados definitivos para os anos 2008 e 2009 revelaram uma diminuição do ritmo de crescimento da despesa total em saúde a partir de 2007, registando aumentos nominais de 3,9% e 3,7%, respetivamente. Esta variação foi basicamente determinada pela evolução da despesa corrente, que representa aproximadamente 95% da despesa total, correspondendo a parte complementar à formação bruta de capital.

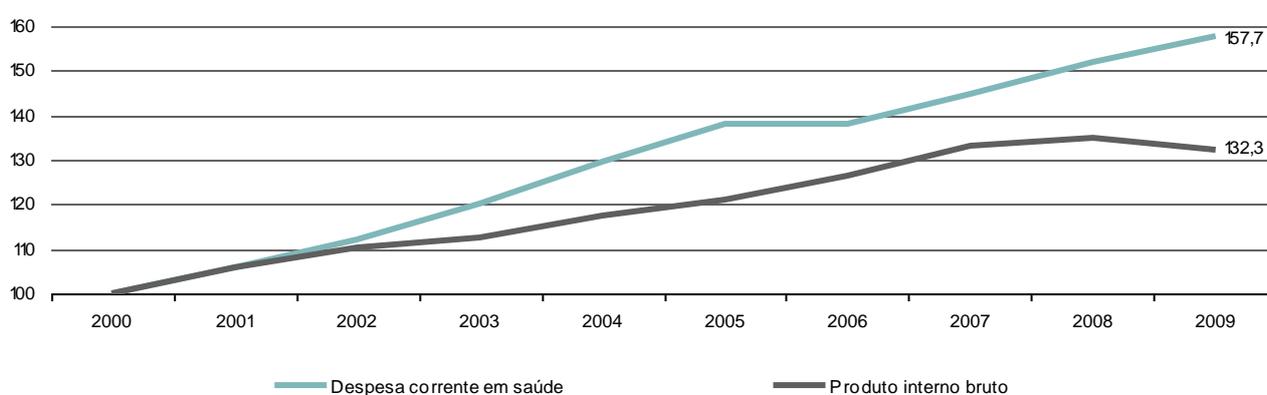
**Quadro 1: Despesa total, despesa corrente e formação bruta de capital em saúde e PIB (2000-2009)**

	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
<b>Despesa total em saúde</b>										
Valor (10 <sup>6</sup> €)	11 835,8	12 454,1	13 065,4	13 965,0	15 004,1	15 971,9	16 138,0	16 922,0	17 574,7	18 224,2
Taxa de variação nominal (%)	X	5,2	4,9	6,9	7,4	6,5	1,0	4,9	3,9	3,7
% do PIB (%)	9,3	9,3	9,3	9,7	10,0	10,4	10,0	10,0	10,2	10,8
<i>Per capita</i> (€)	1 157,44	1 209,96	1 260,12	1 337,51	1 428,70	1 514,01	1 524,71	1 595,16	1 654,50	1 714,01
<b>Despesa corrente em saúde</b>										
Valor (10 <sup>6</sup> €)	10 943,0	11 560,2	12 276,0	13 159,9	14 162,6	15 110,5	15 109,4	15 838,6	16 602,8	17 256,2
Taxa de variação nominal (%)	X	5,6	6,2	7,2	7,6	6,7	0,0	4,8	4,8	3,9
% do PIB (%)	8,6	8,6	8,7	9,2	9,5	9,8	9,4	9,4	9,7	10,2
<i>Per capita</i> (€)	1 070,13	1 123,11	1 183,98	1 260,39	1 348,57	1 432,35	1 427,53	1 493,03	1 562,99	1 622,97
% da despesa total	92,5	92,8	94,0	94,2	94,4	94,6	93,6	93,6	94,5	94,7
<b>Formação bruta de capital</b>										
Valor (10 <sup>6</sup> €)	892,8	893,9	789,4	805,2	841,5	861,4	1 028,6	1 083,4	972,0	968,0
Taxa de variação nominal (%)	X	0,1	-11,7	2,0	4,5	2,4	19,4	5,3	-10,3	-0,4
% do PIB (%)	0,7	0,7	0,6	0,6	0,6	0,6	0,6	0,6	0,6	0,6
% da despesa total	7,5	7,2	6,0	5,8	5,6	5,4	6,4	6,4	5,5	5,3
<b>Produto Interno Bruto (PIB)</b>										
Valor (10 <sup>6</sup> €)	127 316,9	134 471,1	140 566,8	143 471,7	149 312,5	154 268,7	160 855,4	169 319,2	171 983,1	168 503,6
Taxa de variação nominal (%)	7,3	5,6	4,5	2,1	4,1	3,3	4,3	5,3	1,6	-2,0

À semelhança do que sucedeu entre 2001 e 2005, em 2008 e 2009 a despesa corrente em saúde voltou a crescer, em termos nominais, a um ritmo superior ao do PIB (1,6% em 2008 e -2,0% em 2009), ao contrário do observado em 2006 e 2007. No entanto, entre 2000 e 2009, a despesa corrente em saúde apresentou, em termos acumulados, uma taxa de crescimento superior à do PIB em 25,3 p.p.. A pequena redução da despesa de capital em 2009 esteve associada à alienação de edifícios de hospitais públicos que foram adquiridos pela PARPÚBLICA – Participações Públicas, SGPS, S.A.. Descontando este efeito, o investimento teria aumentado em 2009.

**Gráfico 1: Despesa corrente em saúde e PIB (2000-2009)**

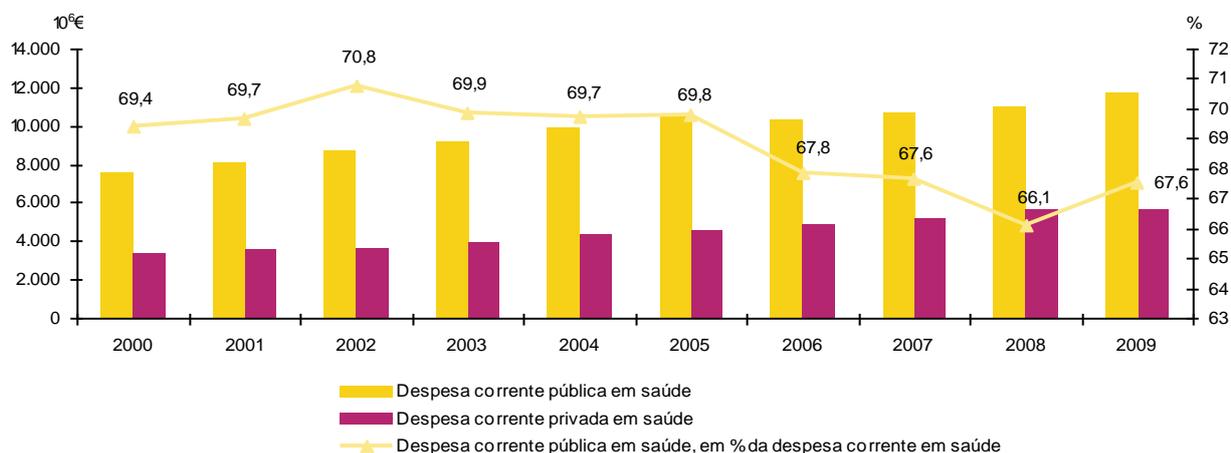
(variação nominal, 2000=100)



## 2. Despesa corrente pública e privada em saúde

Em 2009, cerca de 67,6% da despesa corrente em saúde foi financiada por agentes financiadores públicos, uma proporção superior à verificada em 2008 (66,1%), mas inferior aos valores atingidos no início da série. Os agentes financiadores públicos compreendem as entidades das administrações públicas, tais como as que integram o Serviço Nacional de Saúde (SNS), os subsistemas de saúde públicos e os fundos de segurança social. A restante despesa corrente foi suportada pelo setor privado, que incluiu os seguros privados (subsistemas de saúde privados e outros seguros privados), as famílias, as instituições sem fim lucrativo ao serviço das famílias e as outras sociedades.

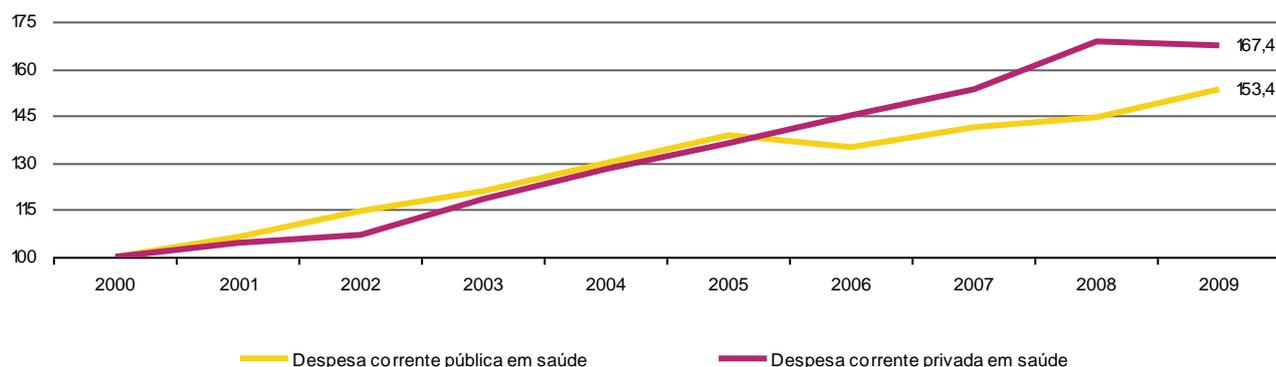
**Gráfico 2: Despesa corrente em saúde, pública e privada (2000-2009)**



Em 2008, os resultados definitivos confirmam a desaceleração da despesa corrente pública, que aumentou apenas 2,4% (em 2007, aumentou 4,5%). Por sua vez, nesse ano, a despesa corrente privada registou um aumento mais significativo (9,8%). No ano seguinte, observou-se um ligeiro decréscimo da despesa corrente privada (0,6%), evoluindo no sentido oposto à despesa corrente pública (6,2%). Não obstante, em termos acumulados, face a 2000, a despesa privada em saúde cresceu mais 14,0 p.p que a despesa corrente pública.

**Gráfico 3: Despesa corrente em saúde, pública e privada (2000-2009)**

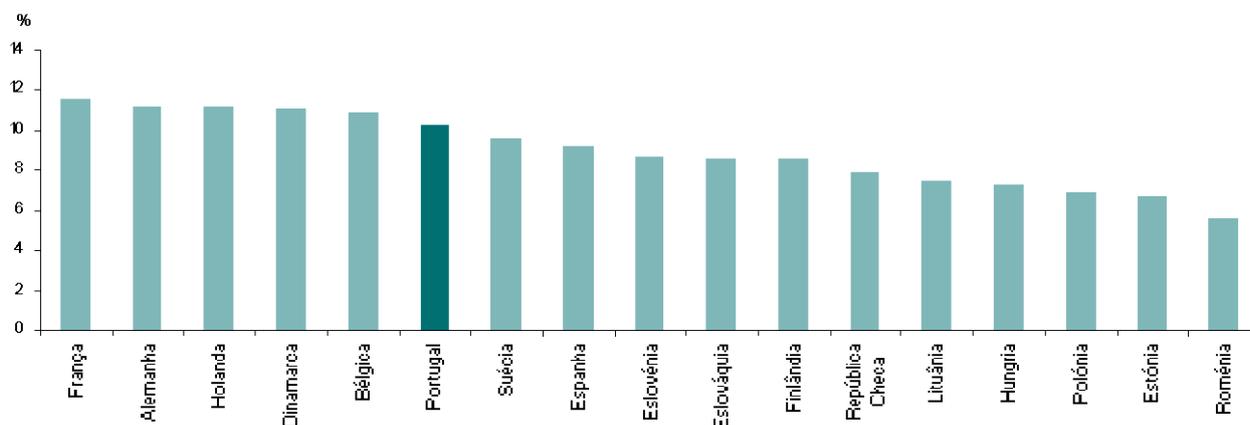
(variação nominal, 2000=100)



### 3. Comparações internacionais

De acordo com dados do Eurostat<sup>1</sup> observa-se que, em 2009, Portugal continuava a integrar o grupo dos Estados-Membros (EM) que apresentava uma despesa corrente em saúde superior a 10% do PIB. Nesse ano, no grupo de EM para os quais existe informação disponível, Portugal foi o sexto com maior peso da despesa corrente em saúde em percentagem do PIB (10,2%), sendo ultrapassado pela França (11,6%), Alemanha (11,2%), Holanda (11,2%), Dinamarca (11,1%) e Bélgica (10,9%), mas ficando à frente nomeadamente da Suécia (9,6%) e de Espanha (9,2%).

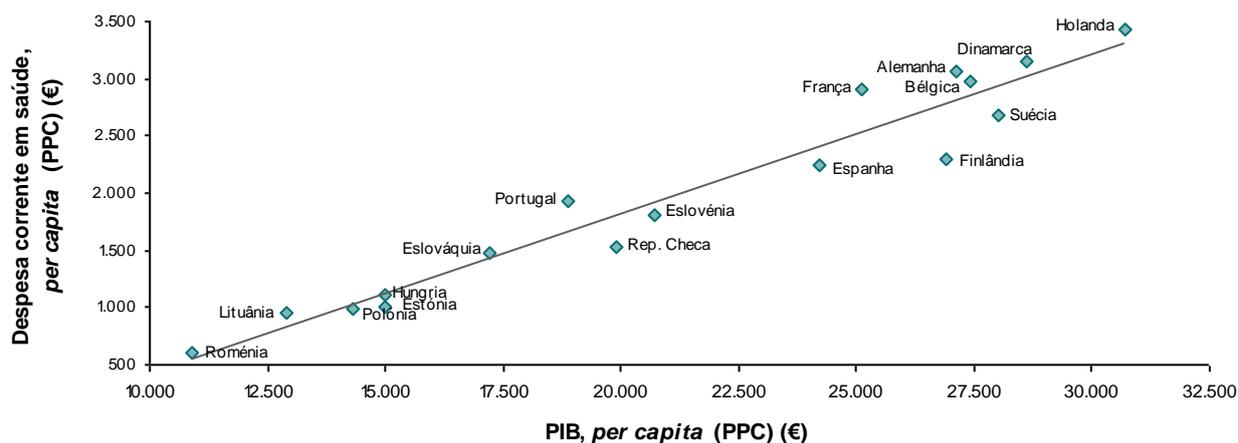
**Gráfico 4: Despesa corrente em saúde em % do PIB (2009)**



<sup>1</sup> Dados extraídos da Base de Dados do Eurostat a 6 de Dezembro de 2011 (data da última atualização: 25 de Outubro de 2011)  
Conta Satélite da Saúde – 2000-2009

Em Portugal, no mesmo ano, a despesa corrente em saúde *per capita*, expressa em Paridades do Poder de Compra<sup>2</sup> atingiu os 1 931,34 euros, dos quais 1 304,68 euros corresponderam a despesa pública e 626,66 euros a despesa privada. Em termos comparativos, a despesa corrente em saúde portuguesa *per capita* ocupa uma posição intermédia, encontrando-se abaixo dos EM mais antigos, mas excedendo os valores dos novos EM.

**Gráfico 5: Despesa corrente em saúde e PIB, *per capita* (2009)**



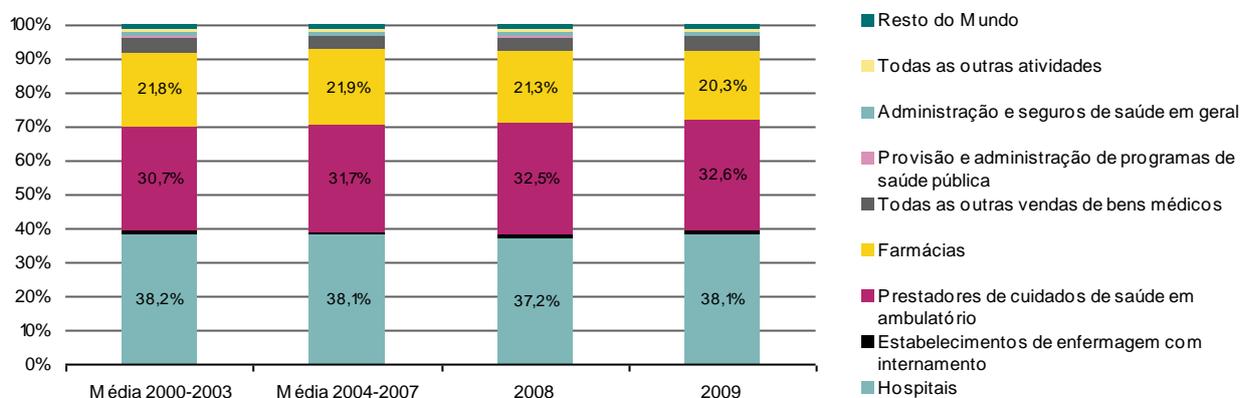
#### 4. Despesa corrente por prestadores de cuidados de saúde e funções de cuidados de saúde (incluindo modos de produção)

De um modo geral, em 2008 e 2009 não surgiram alterações significativas na estrutura da prestação de cuidados de saúde. Observou-se um acréscimo do peso relativo da despesa em hospitais (37,2% em 2008 e 38,1% em 2009) e nos prestadores de cuidados de saúde em ambulatório (32,5% em 2008 e 32,6% em 2009) e uma diminuição da proporção da despesa em farmácias (21,3% em 2008 e 20,3% em 2009).

Em 2008 e 2009, a despesa em hospitais e nos prestadores de cuidados de saúde em ambulatório aumentou, em média, 4,5% e 6,5%, respetivamente. O reforço da despesa em hospitais deveu-se, principalmente, ao crescimento da procura de cuidados de saúde prestados em hospitais privados (que incluem hospitais com Contrato de Parceria Público-Privada), em parte impulsionada pelo aumento do recurso aos seguros de saúde e pela participação no programa SIGIC (Sistema Integrado de Gestão de Inscritos para Cirurgia) e, ao aumento da despesa dos hospitais públicos (que incluem hospitais Entidades Públicas Empresariais (E.P.E)), principalmente em 2009, com o início da pandemia da gripe A (H1N1). Por sua vez, a despesa em farmácias aumentou 2,0% em 2008 e diminuiu 0,9% em 2009.

<sup>2</sup> De acordo com o rácio PPS/Euro do PIB *per capita*, de 2009  
Conta Satélite da Saúde – 2000-2009

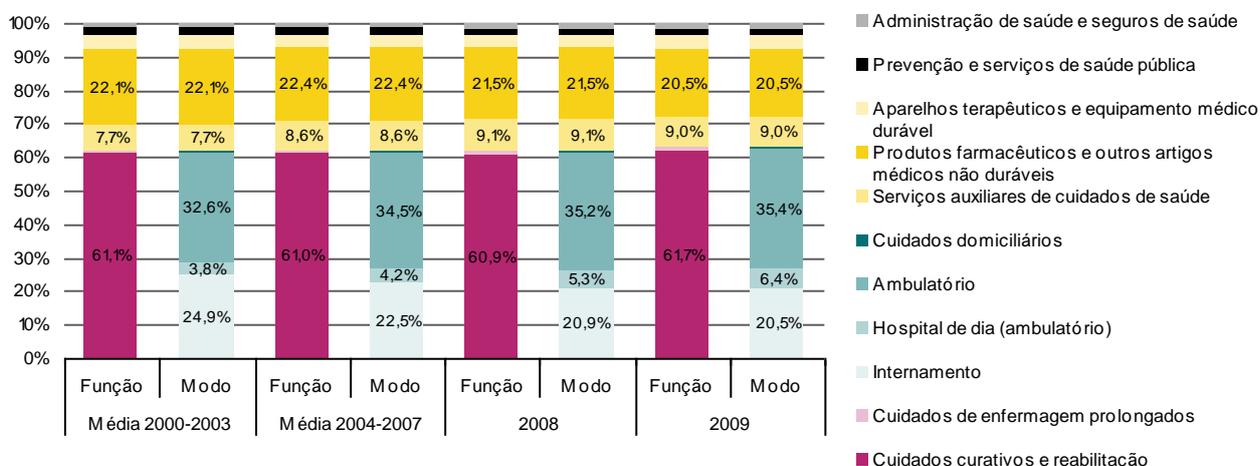
**Gráfico 6: Despesa corrente em saúde, por prestador (2000-2009)**



Em 2008 e 2009 (ver gráfico 7), o peso dos cuidados prestados em ambulatório (35,2% em 2008 e 35,4% em 2009) e em hospital dia (5,3% em 2008 e 6,4% em 2009) continuou a aumentar, reduzindo-se a despesa relativa em cuidados prestados a doentes internados (20,9% em 2008 e 20,5% em 2009).

Com efeito, em 2008 e 2009, observou-se o aumento significativo da despesa corrente em hospital dia (22,5% em 2008 e 26,5% em 2009) devido, principalmente, à intensificação do recurso à cirurgia em ambulatório, com o objetivo de combater as listas de espera. Em 2009, de acordo com os dados publicados pelo Ministério da Saúde<sup>3</sup>, a cirurgia em ambulatório programada já representava 49,5% do total da atividade cirúrgica programada dos hospitais do SNS. De facto, a despesa dos hospitais públicos na prestação de cuidados de saúde em hospital dia aumentou cerca de 20,1% em 2008 e 33,9% em 2009.

**Gráfico 7: Despesa corrente em saúde, por função e modo de produção (2000-2009)**



<sup>3</sup> Fonte: Publicação "Serviço Nacional de Saúde, Relatório e Contas 2010", Administração Central do Sistema de Saúde, I.P. Conta Satélite da Saúde – 2000-2009

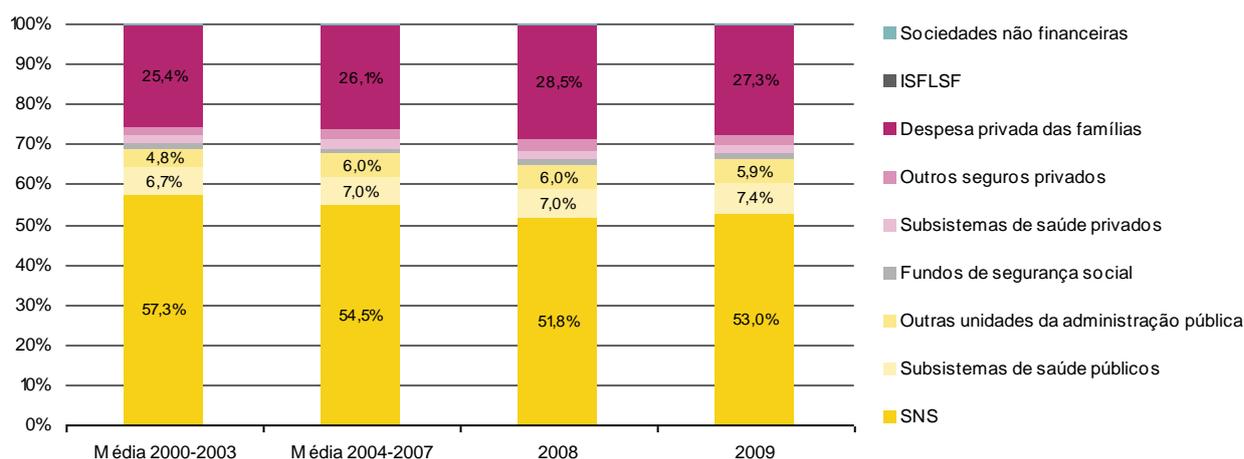
## 5. Despesa corrente por agentes financiadores e prestadores de cuidados de saúde

No financiamento da despesa corrente em saúde, em 2008 e 2009, o SNS e as famílias mantiveram-se como os principais agentes financiadores, sendo responsáveis por mais de 80% do total. Em relação aos outros agentes financiadores mais relevantes, destacou-se, ainda, o aumento da proporção dos subsistemas de saúde públicos (7,0% em 2008 e 7,4% em 2009) e, em sentido inverso, a diminuição da percentagem referente aos subsistemas de saúde privados (2,2% em 2008 e 1,9% em 2009).

Algumas das razões que justificam as alterações estruturais no financiamento foram nomeadamente: o alargamento do âmbito de aplicação do esquema de benefícios da ADSE<sup>4</sup> à generalidade dos trabalhadores que exerçam funções públicas, independentemente da modalidade de constituição da sua relação jurídica de emprego público, determinando um aumento de 83 mil beneficiários; a cessação do protocolo de Acordo dos Serviços de Assistência Médico-social (SAMS) do Sindicato dos Bancários Sul e Ilhas<sup>5</sup> e o Ministério da Saúde, com consequências ao nível do fim da assunção das responsabilidades de financiamento das despesas de saúde dos seus beneficiários no recurso ao SNS e pela comparticipação medicamentosa de acordo com o praticado pelo SNS, bem como o fim do pagamento da correspondente compensação financeira anual pelo Ministério da Saúde aos SAMS.

Importa ainda referir que a despesa em saúde financiada através de outros seguros privados de saúde continuou a crescer em 2008 e 2009 (12,2% em 2008 e 4,0% em 2009) representando 2,7% do total da despesa corrente.

**Gráfico 8: Despesa corrente em saúde, por agente financiador (2000-2009)**



Em 2008 e 2009, o SNS continuou a suportar mais de 50% da despesa corrente em saúde. Ainda assim, verificou-se que a proporção de despesa suportada pelo SNS, nestes dois anos, foi inferior à média registada até 2007 (56,0%). Em

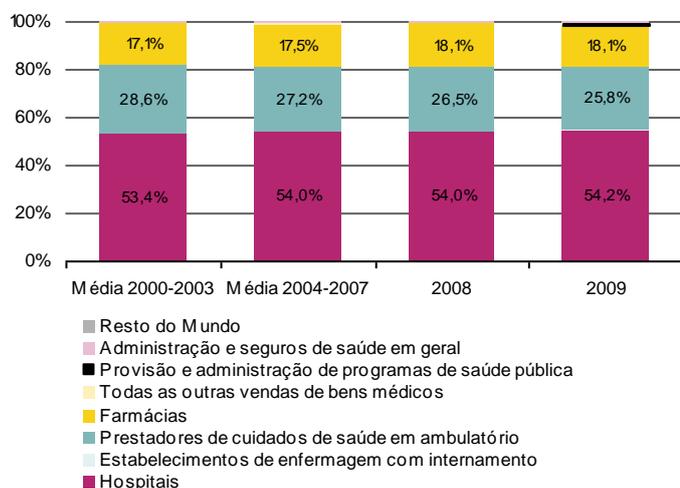
<sup>4</sup> Fonte: Relatório de Atividades da ADSE, 2009

<sup>5</sup> Fonte: Relatório e Contas do Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas, 2009  
Conta Satélite da Saúde – 2000-2009

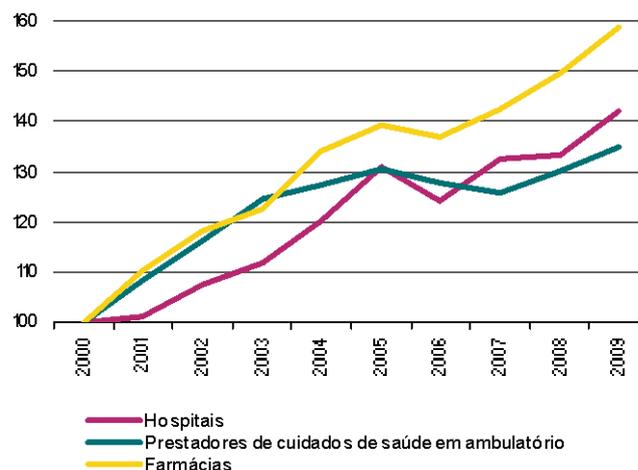
2008 observou-se um abrandamento no ritmo de crescimento da despesa do SNS, registando um crescimento de 2,1%. Nesse ano, o financiamento do SNS em hospitais e em prestadores de cuidados de saúde em ambulatório, responsáveis por 80% da sua despesa, cresceu 0,4% e 3,4%, respetivamente. Em relação às farmácias, a despesa do SNS cresceu cerca de 5%, uma taxa superior à registada nos últimos anos (3,8%, em 2005, -1,6%, em 2006, 3,9%, em 2007). Destacou-se, ainda, o aumento bastante significativo (210,5%) da despesa do SNS em estabelecimentos de enfermagem com internamento e de cuidados residenciais especializados, devido ao desenvolvimento da rede de cuidados continuados.

Em 2009 registou-se um acréscimo de 6,2% da despesa do SNS que se dirigiu, principalmente, ao aumento do financiamento dos hospitais (6,6%), das farmácias (6,2%) e dos prestadores de cuidados de saúde em ambulatório (3,7%). O início da pandemia da gripe A (H1N1), em 2009, foi um dos acontecimentos que pressionou a despesa corrente do SNS em hospitais públicos. Por sua vez, o aumento da despesa do SNS em farmácias deveu-se, principalmente, ao aumento da comparticipação dos medicamentos genéricos adquiridos por pensionistas, com pensões inferiores ao salário mínimo, e ao facto de não se ter refletido no preço de referência dos medicamentos a diminuição de 30% do preço dos medicamentos genéricos observada em 2008.

**Gráfico 9: Despesa corrente do SNS, por prestador (2000-2009)**

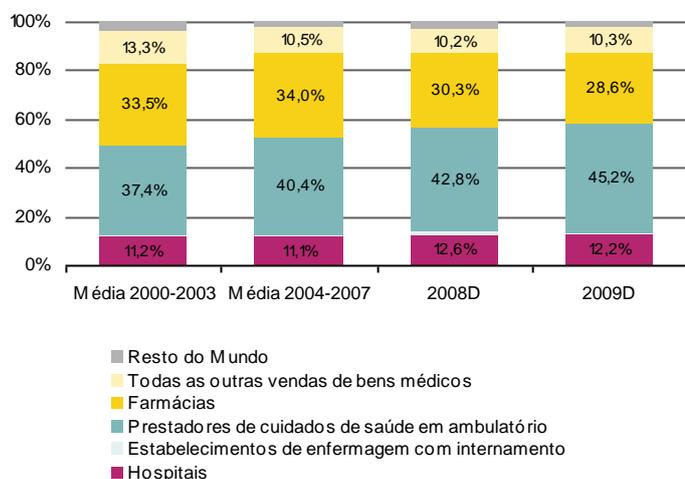


**Gráfico 10: Despesa corrente do SNS, por principais prestadores (2000-2009) (variação nominal, 2000=100)**

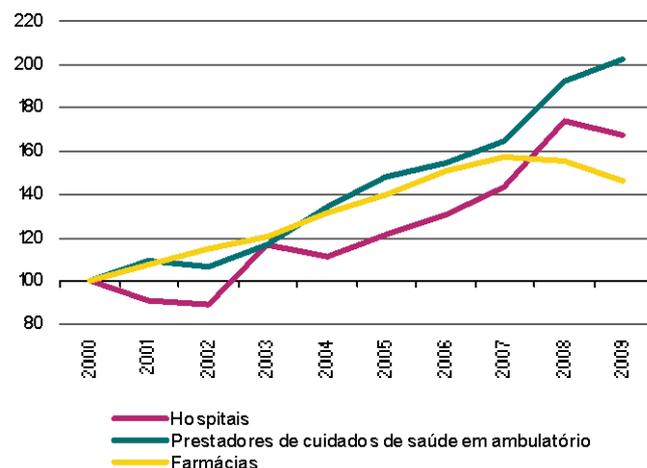


Em 2008 e 2009, as famílias suportaram, em média, 27,9% da despesa corrente em saúde. Em 2008, a despesa das famílias com cuidados de saúde aumentou 9,7% devido, principalmente, ao crescimento muito acentuado da despesa em hospitais (21,0%) e com prestadores de cuidados de saúde em ambulatório (16,4%). Por sua vez, a despesa das famílias em farmácias, que nesse ano representou 30,3% da sua despesa, decresceu 1,5%. No ano seguinte observou-se, pela primeira vez desde 2000, uma diminuição, ainda que marginal (0,2%), da despesa das famílias. Esta evolução traduziu sobretudo o decréscimo do financiamento das famílias com despesas em hospitais (3,5%) e, pelo segundo ano consecutivo, em farmácias (5,6%).

**Gráfico 11: Despesa corrente das famílias, por prestador (2000-2009)**



**Gráfico 12: Despesa corrente das famílias por principais prestadores (2000-2009) (variação nominal, 2000=100)**



## 6. Revisões dos dados em relação às versões anteriores

A última publicação de resultados da Conta Satélite da Saúde, em 22 de Novembro de 2010, apresentou os resultados definitivos, na Base 2006, para os anos 2006 e 2007 e provisórios, para o ano de 2008. Simultaneamente, foram apresentados os resultados da série retrospectiva, na mesma base, até ao ano 2000.

Na atual série de contas os resultados para o ano de 2008 foram revistos devido à integração de dados atualizados das fontes de informação previamente utilizadas, relativas ao sector público e privado, e à incorporação da informação das Contas Nacionais Anuais, mais detalhada e com carácter final para esse ano. Adicionalmente, na sequência da reclassificação de uma entidade prestadora em 2009 e da incorporação de informação mais detalhada sobre as entidades com Contrato de Parceria Público-Privada (com efeitos a partir de 2007) procedeu-se à revisão integral da anterior série de resultados publicada. Estas revisões refletiram-se numa reavaliação positiva da despesa corrente pública, até 1% do total da despesa corrente, e na reavaliação negativa da despesa corrente privada, na mesma proporção.

**Quadro 2: Revisões da despesa total e corrente em saúde (pública e privada) (2000-2008)**

unid: 10<sup>6</sup> €

	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
<b>Despesa corrente pública em saúde (CSS 2011 - CSS 2010)</b>									
Revisão (valor)	65,9	107,9	93,0	100,9	144,8	142,0	143,6	157,5	243,9
Revisão (% da despesa corrente)	0,6	0,9	0,8	0,8	1,0	0,9	1,0	1,0	1,5
<b>Despesa corrente privada em saúde (CSS 2011 - CSS 2010)</b>									
Revisão (valor)	- 65,9	- 107,9	- 93,0	- 100,9	- 144,8	- 142,0	- 143,6	- 157,5	- 0,7
Revisão (% da despesa corrente)	- 0,6	- 0,9	- 0,8	- 0,8	- 1,0	- 0,9	- 1,0	- 1,0	0,0
<b>Despesa total em saúde (CSS 2011 - CSS 2010)</b>									
Revisão (valor)	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	287,7
Revisão (% da despesa total)	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	1,6

**Notas Metodológicas:**

- **Despesa total:** mede os empregos finais das unidades residentes de bens e serviços de saúde e a formação bruta de capital nas atividades prestadoras cuidados de saúde.

- **Formação Bruta de Capital (FBC):** corresponde ao valor total da formação bruta de capital das unidades institucionais onde os cuidados de saúde são a atividade principal. Contribui para o aumento do *stock* de recursos do sistema de saúde, utilizado de forma repetida e continuada, com durabilidade superior a um período contabilístico (um ano).

- **Despesa corrente em saúde:** mede a utilização final dos residentes em bens e serviços de saúde. Inclui a despesa corrente em cuidados de saúde pessoais, os serviços de saúde pública e de prevenção e a despesa na administração de saúde e seguros de saúde. Engloba, ainda, as importações (despesas em saúde fora do território económico efetuadas por residentes) e exclui as exportações de serviços de saúde (prestadas por unidades residentes a unidades não residentes). Está integrada no conceito da despesa interna bruta total.

A Despesa corrente em cuidados de saúde pessoais integra os cuidados curativos e reabilitação (internamento, ambulatório, hospital dia e cuidados domiciliários), os cuidados de enfermagem prolongados (internamento, hospital dia e cuidados domiciliários), os serviços auxiliares de cuidados de saúde e os artigos médicos disponibilizados a doentes não internados (produtos farmacêuticos e outros artigos médicos não duráveis e aparelhos terapêuticos e equipamento médico durável).

- **Atividades prestadoras de cuidados de saúde (ICHA-HP) destinadas ao consumo final:** compreende os produtores cuja atividade principal e secundária é a produção de serviços de saúde. Estão incluídos:

Os produtores que têm como atividade principal a prestação de cuidados de Saúde (ex.: Hospitais).

Os produtores que prestam serviços de cuidados de saúde como atividade secundária (ex.: Lares de Terceira Idade).

Exclui a produção intermédia destinada a intraconsumo das atividades prestadoras (ex.: Indústrias farmacêuticas), exceto a medicina do trabalho.

- **Agentes financiadores de cuidados de saúde (ICHA-HF):** engloba todas unidades institucionais que financiam diretamente os sistemas de saúde nacionais (ex.: Serviço Nacional de Saúde, Subsistemas de Saúde Públicos / Privados, Despesa Privada das Famílias). A repartição da despesa em saúde por agentes financiadores permite medir a despesa total (ou corrente), pública e privada, em saúde.

Os agentes financiadores públicos integram o Serviço Nacional de Saúde (SNS), os subsistemas de saúde públicos (ADSE, Assistência Médica e Medicamentosa aos beneficiários das Forças Militares e Militarizadas e Serviços Sociais da PSP e do Ministério da Justiça) e outras unidades da administração pública (incluindo as deduções à coleta de IRS por cuidados de saúde).

São classificados como agentes financiadores privados os seguros privados (que incluem os subsistemas de saúde privados (SAMS, PT-ACS; RTP, entre outros) e os outros seguros privados), a despesa privada das famílias, as instituições sem fim lucrativo ao serviço das famílias (exceto as de seguros sociais) e as outras sociedades (exceto as de seguros de saúde).

**SNS** – engloba o Serviço Nacional de Saúde do Continente e os Serviços Regionais de Saúde dos Açores e da Madeira.

**Outras unidades da administração pública:** engloba os organismos prestadores fora do SNS e os restantes organismos.

**Centros de cuidados de saúde especializados em ambulatório do SNS:** inclui os centros de cuidados de saúde em ambulatório do SNS (Centros de Saúde) e dos Serviços Regionais de Saúde dos Açores e da Madeira.

**Outros prestadores de cuidados em ambulatório:** engloba todos os outros centros privados de cuidados de saúde em ambulatório, tais como, consultórios médicos, centros clínicos, laboratórios de análises clínicas, centros de diagnóstico por imagem, entre outros.